

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC  
Núcleo de Engenharia do Fundo Estadual de Segurança Pública - SESDEC-FUNESPNEG

**PROJETO BÁSICO****1. IDENTIFICAÇÃO**

- 1.1. **Departamento:** Núcleo de Projetos P4/ 7º BPM.
- 1.2. **Órgão Gestor Orçamentário:** 15.017 - Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP/SESDEC.
- 1.3. **Objeto:** Construção do Centro de Treinamento das Forças de Segurança Pública "Capitão Sílvia".
- 1.4. **Beneficiário:** 7º Batalhão de Polícia Militar.
- 1.5. **Origem do recurso:** Fundo Nacional de Segurança Pública/FUNESP.

**2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL**

Este documento foi elaborado a partir da análise da viabilidade técnica e econômica de estratégias de contratação, contendo os elementos necessários e suficientes, e, com nível de precisão adequados, para caracterizar o objeto da contratação de forma clara e suficiente, possibilitando a avaliação de custos e a definição dos métodos e prazos de execução.

Aplica-se a este procedimento o disposto na Lei Federal 14.133/21 e demais disposições legais, no que couber, como condições iniciais para a contratação de obras e serviços de engenharia pela Administração Pública, para permitir, inclusive, a fiscalização da execução e o recebimento do objeto contratado.

**2.1. Fiscalização Administrativa, Técnica e de Gestão Contratual**

A fiscalização administrativa, técnica e de gestão contratual será norteadada pelas disposições do **Decreto Estadual nº 28.874/2024**, que regulamenta as contratações públicas no Estado de Rondônia. O **artigo 2º**, incisos **VII a IX**, estabelece diretrizes claras para o acompanhamento da execução do contrato, incluindo:

**Art. 2º, Incisos VII a IX:**

- VII - Acompanhamento da execução do contrato quanto ao cumprimento das condições pactuadas;
- VIII - Fiscalização da execução do objeto contratado, quanto à qualidade e quantidade dos serviços prestados;
- IX - Adoção das medidas necessárias para o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

Além disso, conforme o **artigo 21** do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o **Fiscal do Contrato** será responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, garantindo que as condições acordadas no instrumento contratual sejam cumpridas. O fiscal deverá garantir a qualidade, o cumprimento dos prazos e a conformidade com os custos previstos no contrato, podendo adotar medidas para assegurar o adequado cumprimento do objeto contratado.

O presente Projeto Básico apresenta o conjunto de elementos que nortearão o procedimento, desde a fase que se iniciou com os estudos preliminares, até a assinatura, gestão e fiscalização do contrato.

**3. DO OBJETO E OBJETIVO****3.1. Do Objeto**

Contratação de empresa especializada em Obras e Serviços de Engenharia visando a construção de um Centro de Treinamento para as Forças de Segurança Pública "Capitão Sílvia" **no município de Ariquemes, Rondônia**. A contratação inclui o fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e todos os equipamentos necessários para a execução adequada e completa dos serviços. O Centro de Treinamento atenderá todas as instituições de segurança pública da região e áreas adjacentes, e a obra será realizada em conformidade com o projeto descrito no documento base, o Projeto Básico.

O suporte legal que garantirá a eficácia dos atos é a Lei Federal 14.133/2021 que rege as licitações e os contratos administrativos.

**3.2. Do Objetivo**

O objetivo do projeto é a construção de um Centro de Treinamento a ser implantado no 7º Batalhão de Polícia Militar na cidade de Ariquemes, Estado de Rondônia, buscando beneficiar todas as Instituições de Segurança Pública naquela localidade, dentre do Eixo Valorização dos Profissionais de Segurança Pública, proporcionando uma estrutura adequada e moderna para práticas de atividades, visando à saúde física e mental dos profissionais da Segurança Pública Estaduais, conforme o Plano de Ação da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania em consonância com as ações do Eixo Valorização, elencados na Portaria Nº 483, de 09 de Novembro de 2021 do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**4. DA ESPECIFICAÇÃO**

Trata-se da implantação de um Centro de Treinamento Institucional que será construído no terreno pertencente ao Estado de Rondônia em área desmembrada do terreno onde está instalado o 7º Batalhão de Polícia Militar, localizado à Rua Rio Negro, S/N – Bairro Setor das Grandes Áreas, CEP 76.876-686, cidade de Ariquemes/RO.

A área de construção total do Centro de Treinamento é de 346,73 m², conforme Projeto Arquitetônico (0047296105), em local definido em estudos preliminares e anteprojetos.

4.1. **Dados do Imóvel:** O terreno é localizado no Lote 04, Quadra 05, do loteamento denominado Grandes Áreas, situado na cidade de Ariquemes-RO, com área de 7.402,99 m², com os limites e confrontações seguintes: FRENTE: Rua Rio Negro, com 108,45 metros; FUNDOS: Lote 03, com 108,79 metros; LATERAL DIREITA: Lote 02, com 68,97 metros; LATERAL ESQUERDA: Lote 06 e 06/A, com 37,34+30,00 metros. O imóvel situa-se aproximadamente, 91,50 metros da esquina da Rua Negro com a Travessa Marte. Inscrição Cadastral 040.0005.00.0004.01, conforme Certidão de Inteiro Teor (0059613871).

4.2. **Coordenadas Geográficas:** 9°55'23"S 63°02'11"W

4.3. **Proprietário do Imóvel:** Governo do Estado de Rondônia.

**5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

O treinamento físico tem como finalidade, além do melhor condicionamento físico, a socialização e o lazer, o que eleva o quociente de qualidade de vida do indivíduo, traduzindo-se em profissionais mais dispostos e menos suscetíveis às alterações psicológicas ocasionadas pelo estresse típico do trabalho. A atividade física desenvolvida de maneira sistemática, em um ambiente favorável, funciona como válvula de escape, impedindo a instalação de doenças funcionais.

Neste sentido, temos que a saúde do indivíduo pode ser determinada pela própria biologia humana, pelo ambiente físico, social e econômico a que está exposto e pelo seu estilo de vida, isto é, pelos hábitos alimentares e de atividades direcionadas, bem como outros comportamentos que podem ser benéficos ou prejudiciais à saúde. Uma boa saúde está associada diretamente ao aumento da qualidade de vida. É sabido que uma alimentação balanceada, a prática regular de exercícios físicos e o bem estar emocional são fatores determinantes para um estado de saúde equilibrado. O exercício regular é ótimo para o controle de doenças como hipertensão, obesidade, diabetes, entre outras enfermidades crônicas. A prática da atividade física está diretamente associada à prevenção e ao tratamento de doenças crônicas não transmissíveis, além de possibilitar a redução da incapacidade física causada pela sua evolução. Alguns estudos demonstraram a relação entre o nível de atividade física e a redução da mortalidade geral e por doenças cardiovasculares.

Devido, inclusive, à falta de atividade física rotineira, diversos policiais têm apresentado patologias funcionais, relacionadas principalmente ao sedentarismo, além de implicações nos níveis de estresse. Podemos destacar: alto índice glicêmico, colesterol elevado, dislipidemias e lesões osteomioarticulares, as quais resultam em baixas para o serviço operacional, sobrecarregando ainda mais àqueles que, precariamente, continuam desenvolvendo a atividade fim, o que a médio prazo implicará sobremaneira em alterações na saúde desses profissionais.

A prática de atividade física e o desporto são ferramentas de auxílio no processo de desenvolvimento educacional, social e de saúde do ser humano. Essas atividades despertam o sentimento de cooperação, troca, espírito de corpo, respeito, amizade, solidificando os valores éticos e morais, basilares da instituição para o bom convívio. Com o treinamento sistemático, poderá ocorrer o auxílio no controle do peso corporal, a diminuição dos riscos de ocorrências de doenças coronarianas, a prevenção de doenças como a osteoporose, o aumento da autoestima, o aumento da força muscular e desenvolvimento da flexibilidade muscular.

Em consequência do adestramento intrínseco às atividades policiais e de busca e salvamento, os servidores buscam o treinamento físico por meios particulares, porém nem todos têm esse hábito. Diante disto, torna-se necessário criar no servidor das forças de segurança o hábito pela prática de atividade física diária, fornecendo a estrutura necessária e os profissionais adequados para orientação dessas atividades. Assim, busca-se a melhoria da condição de saúde e qualidade de vida dos servidores, fatores que refletirão diretamente em menores taxas de baixas para a atividade operacional, aumento da longevidade e melhor disposição física e psicológica para desempenhar suas funções, consequentemente, resultando num melhor serviço prestado à sociedade.

As atuais instalações do 7º BPM dispõem de um precário campo de futebol e alguns poucos equipamentos destinados à prática de atividades físicas e/ou treinamento de defesa pessoal. Tais instalações são utilizadas, inclusive, por alguns bombeiros militares e policiais civis lotados na cidade de Ariquemes. Somando-se a tropa da Polícia Militar (345), Corpo de Bombeiros Militar (39), Polícia Civil (80), Polícia Técnico-Científica (13) e Instituto Médico Legal (10) do município de Ariquemes, totaliza-se 487 (quatrocentos e oitenta e sete) servidores, futuros beneficiários diretos do Centro de Treinamento Capitão Sílvia.

Nota-se, portanto, que as estruturas existentes carecem de melhorias, pois não cumprem efetivamente com o propósito a que se destinam, ou seja, a utilização plena para prática de treinamento físico/desportivo, no intuito de melhorar a condição física dos policiais lotados na unidade, tampouco atenderiam o total de servidores das forças de segurança lotados em Ariquemes. Há carência de um local e espaço adequados para a prática de treinamento físico, atividades esportivas e de lazer para a tropa, sendo de fundamental importância um ambiente montado, equipado e preparado que viabilizaria a promoção dessas atividades com atenção primária voltada à saúde dos servidores lotados em Ariquemes e ao aumento do rendimento físico desses profissionais.

A construção e implantação do Centro de Treinamento se propõe a criar um ambiente adequado e moderno visando a saúde física dos profissionais de segurança, a socialização através de práticas esportivas, de lazer e de saúde preventiva. Funcionando como incentivo à prática de atividades físicas, garantindo hábitos saudáveis e também prevenindo situações de doenças físicas e psicológicas com foco nos profissionais da Segurança Pública. A sociedade também se beneficiará indiretamente do treinamento adequado dos policiais, uma vez que quando melhor treinados e saudáveis poderão oferecer um serviço de melhor qualidade, aumentando a segurança e o bem-estar da comunidade. A construção e operação do Centro de Treinamento podem gerar impactos econômicos positivos na comunidade local. A contratação de mão de obra local, a compra de materiais e serviços de fornecedores

locais e o aumento do fluxo de visitantes para a região podem impulsionar o crescimento econômico, criar empregos e aumentar a arrecadação de impostos municipais. Ademais, um centro de treinamento de alta qualidade pode atrair policiais de outras regiões para participar de cursos e programas de capacitação, gerando receita adicional para a economia local.

Neste contexto, a implantação do Centro de Treinamento integrado para as forças de segurança pública na cidade de Ariquemes, atende às necessidade acima destacadas e justifica-se, pois se insere no Plano de Políticas para a Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP do Ministério da Justiça, bem como inserido no Plano de Ação da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia voltada ao eixo *Valorização Profissional* e implicará diretamente na diminuição das baixas para a atividade profissional rotineira, operacional ou administrativa, aumento da expectativa de vida dos profissionais, maior disposição no desempenho da função e, consequentemente, melhor serviço prestado à sociedade, perfeitamente dentro do escopo das ações definidas pelo Governo Federal.

## 6. DO LOCAL DA OBRA

6.1. **Localização da Obra:** Município de Ariquemes/Rondônia.

6.1.1. **Endereço:** Rua Rio Negro, S/N – Grandes Áreas, CEP 76876-686.

Figura 01 - Vista aérea do local de implantação da obra no terreno.



Fonte: Google Maps

## 7. DOS SERVIÇOS

Todas as peças técnicas seguem as Normas específicas vigentes da ABNT que regulam os serviços da construção civil que integram este Projeto Básico. Caso haja atraso para o início do processo licitatório e, considerando que o processo de atualização das normas é dinâmico, o site da ABNT deverá ser consultado para avaliar e revisar a fase atual dos projetos.

A reforma e reestruturação dos Gabinetes envolve a criação de novas salas e áreas de trabalho por meio da instalação de divisórias em *drywall* com vidro, visando otimizar o espaço e melhorar a funcionalidade e estética e privatização de ambientes.

A execução dos serviços de construção obedecerá rigorosamente aos projetos e materiais especificados. Esclarecimentos adicionais deverão ser solicitados à fiscalização, e nenhuma modificação poderá ser feita no projeto sem consentimento por escrito, da fiscalização e dos autores do projeto.

7.1. **Em disposições gerais, os serviços a serem executados compreendem:**

7.1.1. **ADMINISTRAÇÃO LOCAL** - Coordenação geral da equipe de obra, gestão de cronogramas e recursos. O encarregado deve garantir que a execução dos serviços esteja em conformidade com o cronograma, qualidade e segurança previstos no projeto e descrição dos Serviços: Administração da obra; Instalação do canteiro de obras; Limpeza, nivelamento e locação; execução de contenções; execução de alvenaria de tijolos cerâmicos; execução de pisos/pavimentos/calçadas; Execução de sistema de drenagem; execução de instalações elétricas, inclusive com fornecimento de equipamentos; pavimentação, ajardinamento e paisagismo; e Limpeza geral da obra.

7.1.2. **PLACA DE OBRA** - Deverá a empresa instalar uma placa de obra, para construção civil, em chapa de aço galvanizado nº 22, nas dimensões mínimas de 400x200cm, onde constem as informações da obra e de seus profissionais envolvidos e deverá está instalada, no máximo, 5 (cinco) dias após o início das obras.

7.1.3. **ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART)** - Registro das responsabilidades técnicas dos profissionais envolvidos na execução do projeto. Norma de Referência: Lei nº 6.496/77 - Criação do CREA e regulamentação da ART. Deve ser realizada a emissão da ART pelo responsável técnico e seu registro junto ao CREA.

7.1.4. **RETIRADAS E DEMOLIÇÕES** - Demolição de alvenaria simples com destinação correta dos resíduos, conforme normas ambientais, e observadas as prescrições na NR 18.

7.1.5. **MOVIMENTAÇÃO DE TERRA E LIMPEZA DO TERRENO** - As escavações de valas manual, quanto a escavação mecanizada de maior proporção (área da piscina e área do alojamento do filtro), será feita de acordo com o projeto estrutural e as necessidades do terreno. Todas as cavas em solo residual terão seus leitos nivelados e apiloados antes do lançamento das fundações. Será adotado para segurança das escavações a Norma NBR-9061, que fixa as condições de segurança exigíveis.

7.1.6. **ESTRUTURAS** - Execução de estruturas de concreto armado devem obedecer ao projeto estrutural e memorial de descritivo para sua perfeita execução para as seguintes especificações das edificações:

7.1.7. **PISCINA SEMI-OLÍMPICA** - A piscina semiolímpica possuirá as seguintes dimensões: 12,5m de largura, 25m de comprimento e 3m de profundidade. A piscina será executada em concreto armado, possuindo um radier como fundação e cortinas de bloco estrutural. As armações utilizarão aços CA-50 e CA-60;

7.1.8. **VESTIÁRIO** - O vestiário será executado com meios construtivos convencionais, ou seja, estrutura de concreto armado com vedação em alvenaria de tijolo cerâmico de 6 furos, e possuirá uma fundação formada por sapatas e viga baldrame, a superestrutura será composta por pilares e vigas respaldo.

7.1.9. **CASA DE MÁQUINAS** - A casa de máquinas onde residirão os equipamentos referentes a piscina semiolímpica e a piscina de pequeno porte, será enterrada conforme projeto. A estrutura se dará por meios convencionais, alvenaria em tijolos cerâmicos de 6 furos, vigas e pilares de concreto armado e uma laje de piso e paredes, todos serão executados conforme projeto estrutural. Todas as estruturas de concreto armadas utilizarão aço CA-50, a estrutura possuirá um forro em PVC em toda sua extensão e contará com uma escada metálica composta por guarda corpo.

7.1.10. **ADMINISTRATIVO** - A área administrativa será executada com meios construtivos convencionais, ou seja, estrutura de concreto armado com vedação em alvenaria de tijolo cerâmico de 6 furos, e possuirá uma fundação formada por sapatas e viga baldrame, a superestrutura será composta por pilares e vigas respaldo. A estrutura possuirá um forro em gesso em toda sua extensão com acabamento em alto padrão.

7.1.11. **TATAME/PILATES** - A área do Tatame/Pilates será executada com meios construtivos convencionais, ou seja, estrutura de concreto armado com vedação em alvenaria de tijolo cerâmico de 6 furos, e possuirá uma fundação formada por sapatas e viga baldrame, a superestrutura será composta por pilares e vigas respaldo. A estrutura possuirá um forro em gesso em toda sua extensão com acabamento em alto padrão.

7.1.12. **ACADEMIA** - A área da academia será executada com meios construtivos convencionais, ou seja, estrutura de concreto armado com vedação em alvenaria de tijolo cerâmico de 6 furos, e possuirá uma fundação formada por sapatas e viga baldrame, a superestrutura será composta por pilares e vigas respaldo, o piso será executado com revestimento em porcelanato, com acabamento em alto padrão, a estrutura possuirá um forro em gesso em toda sua extensão com acabamento em alto padrão, contará com vestiários conforme projeto arquitetônico, que terá uma caixa d'água de 1000 litros para o abastecimento do vestiário e sua ligação será através do reservatório principal.

7.1.13. **MURO** - O muro que delimitará a área frontal do terreno, deverá ser executado utilizando método construtivo tradicional, com tijolos de cerâmica furados e estruturas em concreto armado. O muro possuirá 3m de altura em alvenaria. A estrutura contará com aberturas para um portão de entrada e saída do ambiente. A fundação se dará por vigas baldrame e pilares estakeadas.

7.1.14. **GUARITA** - A guarita será executado com meios construtivos convencionais, ou seja, estrutura de concreto armado com vedação em alvenaria de tijolo cerâmico de 6 furos, e possuirá uma fundação formada por sapatas e viga baldrame, a superestrutura será composta por pilares e vigas respaldo. A estrutura possuirá um forro em gesso em toda sua extensão, contará com uma caixa d'água de 500 (quinhentos) litros, o fornecimento de água virá direto do medidor.

7.1.15. **PISCINA INTERMEDIÁRIA** - A piscina possuirá as seguintes dimensões: 3,90m de largura, 5,40m de comprimento e 1,20m de profundidade. A piscina será executada em concreto armado, possuindo um radier como fundação e cortinas de bloco estrutural. As armações utilizarão aços CA-50 e CA-60, e suas especificações estão presentes no projeto estrutural da mesma.

7.1.16. **PORTÕES DE ENTRADA** - Trata-se de portões formados com perfis metálicos quadrados, soldados em barras horizontais (inferior e superior) com tela de aço galvanizado, pintados na cor branca. Portão principal (entrada e saída): 1 porta de abrir, com 1 folha. E um portão principal: 1 folha de correr. As folhas deverão ser fixadas no pilar central e nas alvenarias laterais.

7.1.17. **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E LÓGICA** - Os projetos de instalações elétricas foram elaborados dentro das normativas estabelecidas pela NBR 5410/2004 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) e NBR 14565 (Procedimento básico para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede interna estruturada). A iluminação dos ambientes se dará da seguinte forma: Vestiário, academia, tatame/ pilates, guarita, casa de máquinas, barracão e centro administrativo: A iluminação do vestiário será executada utilizando luminárias LED plafon de 24W, conforme especificado no projeto elétrico;

7.1.18. **PAVIMENTAÇÃO, PINTURA E SINALIZAÇÕES** - Execução de pátio/estacionamento em piso intertravado, com bloco retangular cor natural de 20 x 10 cm, espessura 8 cm.

7.1.19. PAISAGISMO - A execução do paisagismo será composto por plantio de gramas. Conforme projeto arquitetônico apresentado.

7.1.20. CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY - Deverá ser realizado o plantio de gramas em placas justapostas, promovendo a completa forração da superfície; irrigação; e cobertura com terra vegetal, em jardins e canteiros. Ressalta-se a importância de nivelamento da superfície, evitando-se a formação de depressões e cavidades. Deverá ser realizada a rega e conservação para pega das mudas e a substituição de placas que não pegarem, num prazo de 30 dias. Na entrega da obra o gramado deverá estar verde e em perfeitas condições, sem falhas.

7.1.21. QUADRA DE VOLEI DE AREIA - Será utilizado areia fina para a regularização do piso em toda sua extensão, conforme projeto arquitetônico.

7.1.22. PISTA DE CAMINHADA - Será utilizado pedra britada nº 0 para a regularização do piso em toda a sua extensão.

7.1.23. SERVIÇOS COMPLEMENTARES, MANUTENÇÃO E LIMPEZA DO CANTEIRO DE OBRAS - proceder a retirada periódica dos entulhos que se acumularem no canteiro de obra, pelo tempo que durar a mesma, levando-os para locais determinados pelo poder público. A retirada de entulhos deve seguir normas específicas: a LEI 12305/2012 e CONAMA 307/2002. A obra será entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, edificações, piscinas e calçadas e sinalização em perfeitas condições de funcionamento e devidamente testada.

A obra se dará em conformidade com o previsto no projeto arquitetônico, projeto estrutural, projetos complementares, memoriais descritivos, projetos complementares e demais especificações técnicas. As planilhas orçamentárias e demais tabelas de custos foram elaboradas seguindo todos os desembolsos necessários para investimento dos serviços. Demais informações técnicas e material complementar com as diretrizes de contratação e licitação estarão dispostos no projeto básico de engenharia.

Todas as imperfeições decorrentes da obra como: arquitetônicas, hidrossanitárias, elétricas, lógicas, estrutural, obras complementares, calçadas e sinalização – deverão ser corrigidas pela CONTRATADA, sem qualquer acréscimo a ser pago pela CONTRATANTE. Uma vistoria final da obra deverá ser feita pela CONTRATADA, antes da comunicação oficial do término da mesma, acompanhada pela FISCALIZAÇÃO.

## 8. DA PARTICIPAÇÃO

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante poderá visitar o local de execução dos serviços, para conhecer as peculiaridades da geografia, do solo, do clima e demais características do lugar de execução da obra, cuja comprovação será efetuada por declaração ou outro termo equivalente. Os custos que advierem dessas visitas serão arcados exclusivamente pela licitante, vetada sua computação no cálculo das planilhas de custo para elaboração de sua proposta.

Não poderão participar as empresas que se encontrarem em processo de falência (salvo em recuperação judicial), concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com as ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

Fica vedado ao autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, conforme prescreve o art. 14, inc. I da Lei no 14.133/21.

Fica vedada à empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou da qual o autor do projeto básico seja dirigente, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontrato, participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, conforme dispõe o Art. 14, inc. II, da Lei 14.133/21.

Fica vedado aos servidores, membro da comissão de licitação, contratante ou responsável pela licitação participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários.

Fica vedada a participação, concomitantemente, de empresas cujo quadro societário seja composto pelos mesmos sócios ou qualquer um deles.

A observância das vedações aqui descritas é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

## 9. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

A Lei nº 14.133/2021 autoriza a participação de empresas sob a forma de consórcio em processos licitatórios. No entanto, a Administração Pública pode restringir essa participação, desde que haja justificativa adequada para a vedação, conforme o artigo 15 da referida Lei. No caso de obras de **baixa complexidade**, como o objeto desta licitação, não há necessidade de consórcio, pois empresas isoladas são plenamente capazes de executar o serviço com eficiência e qualidade.

### 9.1. Natureza do Objeto Licitado e Princípios Legais

O objeto licitado é de **baixa complexidade**, o que não exige a união de esforços de várias empresas para garantir a execução do serviço. O artigo 15 da Lei nº 14.133/2021 prevê que, em casos de menor complexidade, a Administração pode restringir a participação de consórcios, caso entenda que a execução do objeto não demanda essa modalidade de contratação.

### 9.2. Jurisprudência do TCU

O Tribunal de Contas da União, em seu **Acórdão nº 22/2003-Plenário**, já se manifestou no sentido de que a formação de consórcios é apropriada para obras de alta complexidade ou de vulto relevante, onde empresas isoladas não teriam condições de atender aos requisitos do edital. No **Acórdão nº 566/2006-Plenário**, o TCU ressaltou que a participação de consórcios "não garante aumento de competitividade", sendo uma decisão discricionária da Administração Pública.

### 9.3. Impacto na Competitividade

Como observa o doutrinador Marçal Justen Filho (2012)<sup>[1]</sup>, "a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa", pois "em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar competição". A participação de consórcios pode, portanto, restringir a competitividade do certame e elevar os custos, o que contraria os princípios da eficiência e da economicidade.

Em virtude da simplicidade da obra e da análise das normas e jurisprudência aplicáveis, a Administração entende que não há necessidade de consórcios nesta licitação. A vedação à participação de consórcios visa promover maior competitividade, reduzir custos e garantir a execução eficiente do serviço, conforme os princípios da **eficiência** e da **economicidade**, estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

#### 10. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE COOPERATIVAS

Embora a Lei nº 14.133/2021 traga a possibilidade de participação de empresas organizadas sob a forma de cooperativas em licitações, é imperativo que essas entidades cumpram rigorosamente as disposições legais vigentes. Conforme preceitua o art. 16 da referida lei:

**Art. 16.** Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, sendo vedada à Administração a indicação nominal de pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, no caso de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

Todavia, considerando a natureza do objeto licitatório em questão, que envolve a contratação de empresa especializada em Obras e Serviços de Engenharia, faz-se necessário **restringir** a participação de cooperativas. Esta medida visa evitar possíveis distorções no vínculo empregatício que a execução do contrato poderia demandar, conforme já observado em termos de conciliação judicial firmados entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Advocacia Geral da União (AGU).

#### 11. DA VISITA TÉCNICA

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante "**poderá**" visitar o local de execução dos serviços, para conhecer as peculiaridades da geografia, do solo, do clima e demais características do lugar de execução da obra, cuja comprovação será efetuada por declaração ou outro termo equivalente. Os custos que advierem dessas visitas serão arcados exclusivamente pela licitante, vetada sua computação no cálculo das planilhas de custo para elaboração de sua proposta.

A visita técnica deverá ser realizada com devido acompanhamento de um servidor designado pela SESDEC/RO para esse fim, com agendamento prévio pelo telefone **(69) 3212-8526** de segunda à sexta-feira, das 8 h às 13h30; ou na Av. Farquar, 2986 - Bairro Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Curvo 2, 3º Andar - Porto Velho, Rondônia, CEP 76801-470.

A licitante **deverá** apresentar declaração de visita e conhecimento geral da logística do local da obra, assinada pelo Responsável Técnico e pelo Representante Legal da proponente.

A visita técnica servirá para que as empresas licitantes obtenham pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como obter todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços.

A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo neste caso, necessário apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

#### 12. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO

O julgamento dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO**, na modalidade com **CONCORRÊNCIA**, onde a licitação ocorrerá na forma ELETRÔNICA de acordo com art. 17, § 2º da Lei nº 14.133/21 e a disputa será ABERTA conforme o Art. 56 da referida lei, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste instrumento.

##### 12.1. Regime de Execução

O critério para escolha da proposta será o de **MENOR PREÇO**, conforme art. 33, da Lei nº 14.133/2021, sendo que os serviços contratados obedecerão ao regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** na forma de **EXECUÇÃO INDIRETA**, conforme inciso II do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, e ainda tratando-se de modalidade de licitação de contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia conforme inciso XXXVIII do art. 6 da Lei nº 14.133/2021 e seu inciso XIV - bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do caput deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante.

A proposta apresentada pela empresa deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, conforme dispositivo da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

Tal escolha foi considerada ser a mais viável por ser tratar de um serviço de empreitada, não sendo viável a sua execução por item, portanto essa escolha afeta diretamente a capacidade de execução do serviço.

SÚMULA Nº 247 É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou



**13. DO ENQUADRAMENTO DO OBJETO A SER CONTRATADO**

A obra de construção do Centro de Treinamento das Forças de Segurança Pública "Capitão Sílvia", localizada no município de Ariquemes/RO, é enquadrada como **obra de engenharia de natureza especial**, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea b, da Lei nº 14.133/2021, conforme declaração contida no Estudo Técnico Preliminar 1 (0060492955).

**14. DO PREÇO**

Para efeito de julgamento das propostas será utilizado o critério de MENOR PREÇO, apontada pela Comissão de Licitações, devidamente nomeada pela Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL/RO.

Será declarada vencedora e convocada para firmar o contrato para a execução da obra, a empresa que ofertar a melhor proposta sendo considerada assim, a proposta que ofertar o menor preço, o melhor e mais completo serviço e a devida capacidade técnica para realizar a obra.

**15. ENTREGA/EXECUÇÃO**

15.1. **Localização da obra:** Cidade de Ariquemes, Estado de Rondônia.

15.2. **Local da obra:** Rua Rio Negro, S/N – Grandes Áreas, CEP 76876-686.

**16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

A execução do objeto, descrito no item 14 deste ETP, demonstrado através das planilhas, cronograma e projetos em anexo, deverão ser executados na **CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE TREINAMENTO PARA AS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA "CAPITÃO SÍLVIA"**, no município de Ariquemes/RO.

16.1. **Prazo de Início:** o prazo para início dos trabalhos fica fixado em 10 (dez) dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA.

16.2. **Prazo de Execução:** Será de 240 (duzentos e quarenta) dias corridos para a 1ª etapa, conforme indicado na **Cronograma Físico e Financeiro 1ª ETAPA (0059589033)** e 240 (duzentos e quarenta) dias corridos para a 2ª etapa, conforme indicado na **Cronograma Físico Financeiro 2ª ETAPA (0059592590)**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços pela CONTRATADA.

16.3. **Prazo de Vigência do Contrato:** Será de **720 (setecentos e vinte) dias corridos**, contados a partir do recebimento da **Ordem de Serviço pela contratada**, emitida após a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser **prorrogado**, a critério da Administração, desde que a solicitação seja formalizada com antecedência mínima de **15 (quinze) dias corridos** anterior ao término do contrato.

Nos termos do **art. 106 da Lei nº 14.133/2021**, a vigência de 720 dias demonstra a **maior vantagem econômica para a Administração**, evitando a fragmentação contratual e a realização de licitações sucessivas, que poderiam gerar **custos adicionais e descontinuidade do objeto**. Estudos preliminares de mercado e projeções de custos confirmam que prazos mais curtos implicariam em encargos operacionais mais elevados, comprometendo a eficiência contratual.

A **capacidade de execução da empresa contratada será devidamente avaliada no processo licitatório**, assegurando sua aptidão técnica e administrativa para cumprir o prazo previsto e alcançar os objetivos do contrato dentro dos parâmetros de qualidade, legalidade e eficiência exigidos.

Após a assinatura do contrato e o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela **Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia – SESDEC/RO**, a contratada deverá **iniciar a mobilização e os serviços em até 10 (dez) dias corridos**.

Concluída a execução, a contratada deverá comunicar formalmente à contratante o **término dos serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos**, para fins de recebimento provisório e posterior tramitação dos atos de fiscalização e recebimento definitivo.

**17. DO CUMPRIMENTO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.783, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2021, QUE REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 2.134, DE 23 DE JULHO DE 2009**

Conforme consta no Art. 1º - Fica regulamentada a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009, que Dispõe sobre a reserva de vagas para apenados no regime semi-aberto e egressos do sistema penitenciárias contratações para prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra à Administração Pública do Estado de Rondônia.", com fulcro no § 5º do art. 40 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências."

Em que pese a obrigatoriedade de atender o Art. 2º do Decreto Estadual Nº 25.783 de 01/02/2021, na contratação de prestação de serviços com fornecimento de mão de obra, os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional deverão exigir da contratada, o emprego de mão de obra formada por pessoas privadas de liberdade, em regime semi-aberto ou egressos do sistema prisional, no percentual mínimo de 2% (dois por cento). **Solicitamos a aplicação do Artigo 9º , in verbis:**

Art. 9º A administração pública poderá deixar de aplicar o disposto neste Ato Normativo quando, justificadamente, a contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional se mostrar inviável ou inadequada diante da natureza do objeto da contratação.

Da justificativa: Observa-se que o objeto a ser contratado é a construção de um Centro de Treinamento para as Forças de Segurança Pública "Capitão Sílvia", em área de fácil acesso às instalações físicas ao quartel do 7º Batalhão de Polícia Militar, sendo que o acesso livre às instalações militares, o conhecimento dos projetos, formas construtivas e acessos das instalações pode acarretar

o comprometimento da segurança institucional, logo a contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional se mostrar inadequada ao presente caso.

Considerando que os quartéis de Polícia Militar, Delegacias e Unidades Prisionais possuem áreas restritas, salas para guarda de armamento, entre outros, devendo a empresa contratada observar o máximo de cautela na contratação de funcionários, bem como a divulgação de informações deve ser limitada, visando assim garantir a segurança da Contratante.

## **18. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

### **18.1. Das Alterações Contratuais**

Conforme disposto no artigo 124 da Lei 14.133 de 2021, as alterações contratuais são admissíveis mediante justificativas pertinentes nos casos elencados.

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do caput deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

Nos termos do artigo 126 da Lei nº 14.133/21, as alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/21, não poderão transfigurar o objeto da contratação.

O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), de acordo com o Art. 125 da Lei nº 14.133 de 2021. Após, será encaminhado ao Controle Interno a fim de verificar o percentual a ser adquirido, bem como a manutenção da contratação quando a regularidade fiscal.

## **19. DA GARANTIA CONTRATUAL**

Para fiel execução dos compromissos aqui ajustados a CONTRATADA prestará prévia garantia de 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato, como previsto no art. 98 da Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

A CONTRATADA poderá optar por uma das modalidades de garantia previstas no § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

A CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, posteriores à assinatura do contrato, para apresentação da garantia contratual.

A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente (art. 100º da lei 14.133/21).

## **20. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário. A empresa assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução dos serviços.

É vedado o emprego de materiais reconicionados ou de segunda mão, devendo a empresa sempre empregar no serviço materiais novos e de boa qualidade comprovada, seguindo rigorosamente às especificações do fabricante, e principalmente, as contidas no presente Projeto Básico, sob pena de infração contratual sujeita à multa prevista em lei.

Correrá por conta e risco da empresa a substituição de materiais, ferramentas, equipamentos e insumos considerados impróprios pelos fiscais de obra da SESDEC/RO. Caso haja impugnação de algum item, por parte da fiscalização da SESDEC/RO a empresa ficará obrigada a substituí-lo no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

Serão de responsabilidade integral da empresa, o transporte e o manuseio dos materiais utilizados na execução dos serviços, até a entrega e aceitação final (recebimento definitivo) por parte da **SESDEC/RO**.

## **21. DAS OBRIGAÇÕES/DEVERES**



Além dos encargos determinados neste certame, por Lei, Decretos, Normas e/ou regulamentos, nos deveres e obrigações das partes se incluem:

**21.1. Do Contratante**

À contratante obriga-se, nos seguintes termos:

Caberá à contratante fornecer as informações necessárias para a realização dos trabalhos.

Permitir acesso dos empregados da empresa CONTRATADA, e eventuais Subcontratadas, às suas dependências para a execução dos serviços, portando obrigatoriamente os crachás funcionais da empresa.

Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos técnicos da empresa;

Efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

Exercer fiscalização e supervisão dos serviços prestados podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas neste Projeto Básico;

Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações, dentro das normas e condições contratuais;

Comunicar a empresa qualquer falha verificada no cumprimento do especificado neste Projeto Básico;

Rejeitar todo ou em parte do material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa;

Cumprir e fazer cumprir o disposto nas disposições deste Projeto Básico podendo aplicar as penalidades previstas em lei pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços;

Receber as Notas Fiscais/Faturas e conferir se está em conformidade com os materiais. Devendo posteriormente, encaminhá-la para pagamento, de acordo com as condições de pagamento.

Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da empresa que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante a qualificação técnica/econômica/financeira, bem como as condições de habilitação exigidas na licitação.

É compromisso do Contratante, o fiel cumprimento das obrigações pactuadas, a prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução das obras, o pagamento oportuno das parcelas devidas, e ainda, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE.

O fiel cumprimento das obrigações pactuadas no CONTRATO, como também o fiel pagamento das parcelas devidas;

Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases da execução do presente objeto;

A preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia.

**21.2. Da Contratada**

São obrigações da contratada, além daquelas exigidas em Lei 14.133/21:

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

À CONTRATADA incumbe o dever de observar integralmente as disposições legais relativas à reserva de cargos destinados a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, conforme estabelecido no Inciso XVII do Artigo 92 da Lei nº 14.133/21, bem como quaisquer outras normativas pertinentes.

Compete à CONTRATADA, antes de iniciar os serviços, fazer minucioso exame das especificações de modo a poder, em tempo hábil e por escrito, apresentar aos componentes da equipe de fiscalização, todas as dúvidas por ventura encontradas para devido esclarecimento e aprovação.

Apresentar novo cronograma físico-financeiro para a obra antes de emissão da Ordem de Serviços, mantendo-se o prazo total de execução, que servirá para as previsões de desembolso da CONTRATADA, e importante, será o balizador para aplicação das multas por atrasos, seja por atraso de etapas ou de prazo. Caso a empresa não tenha interesse em fazê-lo, o cronograma físico-financeiro inicial continuará sendo o balizador.

Apresentar à FISCALIZAÇÃO todos os materiais a serem empregados na obra em suas embalagens originais para que possam ser aprovados antes da sua utilização.

Empregar materiais de acordo com as especificações técnicas e as indicações de projeto – respeitadas as marcas, tipos, modelos, cores, dimensões, etc., independente de consulta. Sua substituição por similares deverá ser previamente aprovada através de consulta feita por escrito e encaminhada à FISCALIZAÇÃO, obrigando-se a CONTRATADA a demonstrar a similaridade do material ou equipamento proposto mediante a apresentação de laudos comprobatório ou testes de ensaio, de institutos idôneos e reconhecidos.

Assumir total e integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes de realização destes trabalhos, sob critérios da Lei 14.133/21, observado o artigo 618, parágrafo único, do Código Civil.

Prestar à obra toda a assistência técnica e administrativa necessária, adquirindo e mantendo durante a execução dos serviços todo pessoal especializado e materiais necessários a uma execução perfeita e dentro dos prazos estabelecidos, além de equipamentos destinados ao atendimento de emergência, incluindo os de proteção contra incêndio e acidente de trabalho – EPI e EPC.

Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO, facultando seu acesso a qualquer parte da obra para inspeção de serviços ou materiais, inclusive locais fora do canteiro como depósitos ou oficinas, onde estejam armazenados ou em fabricação materiais para emprego na obra.

Responsabilizar-se pelas instalações de água, esgoto, luz, força e telefone, pelo transporte de operários, equipamentos e materiais, dentro e fora do canteiro de obras, pela manutenção do canteiro permanentemente em condições de higiene, pela sinalização de segurança e circulação.

Comunicar à Administração, por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, a CONTRATADA de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do presente, total ou parcialmente, por motivo superveniente.

Compromete a não fazer uso dos materiais e informações do presente objeto para outra finalidade, senão as propostas neste PROJETO BÁSICO, sob a responsabilidade de sofrer sanções legais.

Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes às obrigações fiscal, social, tributária e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si.

Responsabilizar-se, e a seu ônus, pela aprovação/autorização dos projetos junto aos órgãos regulares/fiscalização/concessionários, além de providenciar todas as licenças e franquias previstas em lei necessárias à execução dos serviços contratados, incluindo os pagamentos exigidos e observados nas leis, regulamentos e posturas referentes à obras e segurança pública.

Obriga-se a refazer os trabalhos condenados pela FISCALIZAÇÃO, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.

Providenciar Livro de Registro da Obra, a ser mantido no escritório do canteiro, tendo todas as folhas sequencialmente numeradas e visadas diariamente com os apontamento das ocorrências e pessoal, todas as ordens da FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA serão ali escritas.

Não realizar alteração do projeto sem a autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO no Livro de Registro da Obra.

Saber que é parte integrante das especificações técnicas, mesmo não estando anexadas, as Normas Técnicas e Métodos Brasileiros aprovados ou recomendados pela ABNT, bem como as normas ou regulamentos das Concessionários, que deverão ser rigorosamente seguidos.

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Fazer, impreterivelmente, no prazo de 10 (dez) dias entre a assinatura do Contrato e o início da obra, minucioso exame das especificações e projetos, de modo a poder, em tempo hábil e por escrito, apresentar à fiscalização, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para devido esclarecimento e aprovação, sob pena de preclusão.

Responsabiliza-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, regularidade ambiental, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas no total ou em parte, o objetivo desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de má qualidade dos materiais empregados, até o prazo de 5 (cinco) anos, na forma do art. 618, do Código Civil Brasileiro, sem ônus para a PMRO.

Também assim, garantir durante a execução, a proteção e a conservação dos serviços executados, até o seu recebimentos definitivo.

Manter a guarda da obra, até o seu final e o definitivo recebimento e a comprovação de funcionalidade da obra pela PMRO.

Adquirir e manter permanentemente no escritório da obra, um livro de ocorrência sem rasuras ou entrelinhas, para registro obrigatória de todas e quaisquer ocorrências que mereçam destaque e ART de execução da obra devidamente registrada.

Deverá manter permanentemente no canteiro de obras, engenheiro residente com plenos poderes de decisão na área técnica e com registro junto ao CREA/RO.

Executar às suas expensas, todas as sondagens e escavação exploratório que se fizerem necessário e indispensáveis à execução da obra.

**Conduzir a execução da obra pactuada em estrita conformidade com o projeto básico ou executivo aprovado pelo Contratante, guardadas as normas técnicas pertinentes à natureza e a finalidade de empreendimentos.**

Assumir toda a responsabilidade civil sobre a execução da obra, objeto desta licitação.

Contratar todos os seguros exigidos pela legislação brasileira, inclusive os pertinentes a danos a terceiros, acidente de trabalho, danos materiais a propriedades alheias e os relativos a veículos e equipamentos.

Além dos equipamentos e vestimentas exigidos por lei e norma da segurança (Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977 e Norma Regulamentadora nº 06/78), os funcionários deverão apresentar-se uniformizados.

Permitir e facilitar a inspeção da fiscalização, inclusive prestar informações e esclarecimento quando solicitados, sobre quaisquer procedimento atinentes a execução da obra.

A Contratada é obrigada a colocar e manter no local da obra, placa discriminando o objeto e o número do Contrato, com o respectivo valor, encabeçada do “slogan” GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, compatíveis com as obrigações por esta assumida (art. 67 da Lei nº 14.133/2021).

Na ausência de luz solar, nos serviços de pequena duração que envolva riscos de acidentes, as placas de sinais verticais deverão ser preferencialmente assentadas em bases de fácil transporte e não fixados ao solo. O uso de cavaletes e cones destina-se principalmente para orientar o fluxo dos veículos, em decorrência de interdições das vias.

A Contratada será responsabilizada por todo e qualquer acidente causado a algum usuário da via, em que seja constatada como causa a ausência de sinalização. Devendo assim manter o local da obra devidamente sinalizado.

Os serviços de implantação de tachas ou serviços de pintura de faixas, setas, zebrados, pórticos, etc, somente deverão ser iniciados após a instalação da sinalização de segurança (cones, cavaletes e dispositivos refletivos e piscantes), fornecidos pelo Contratada. Além disso, todos os funcionários deverão usar uniformes, coletes refletivos e crachás de identificação, preso no uniforme em local visível, no desenvolvimento dos serviços, quando couber.

A Contratada só deverá iniciar a obra após a colocação das placas de sinalização e dispositivos de segurança de obras, os quais deverão ser mantidos e conservados durante toda obra, tanto no que se refere à limpeza dos dispositivos, para sua boa visualização, quanto à imediata reposição dos materiais danificados.

A Contratada deverá comunicar imediatamente à fiscalização, sempre que for verificado o aparecimento de interferência que impeçam o desenvolvimento normal dos serviços e principalmente nos casos em que sua continuidade gere situações de insegurança e risco de vida.

Os danos causados a bens públicos ou de terceiros, acidentes com funcionários e/ou com o envolvimento de terceiros, correrão sob responsabilidade da Contratada. A esta caberá também os eventuais ressarcimentos financeiros às vítimas dos danos.

Correm por conta da Contratada todas as despesas com os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas e especificações da ABNT, para a boa execução do objeto do contrato.

Percentual disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual nº 2.134, de 2009; - Observar todo o disposto no Decreto Estadual nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021;

A contratada se obriga a elaborar e/ou às suas custas todas as Certidões, documentos e projetos exigidos para o perfeito e continuo desenvolvimento das obras, inclusive ambientais, assim como todos os pré-requisitos necessários e suficientes para a regularização do objeto nas diversas esferas públicas, inclusive junto a Prefeitura Municipal - para fins de Alvará de Construção até a emissão do “habite-se”.

**A contratada se obriga a elaborar, às suas custas o Projeto Executivo, conforme § 4º do Art. 14 da Lei 14.133/21 e Instruções Normativas do TCE/RO.**

A Contratada assumirá integralmente a responsabilidade pelos riscos a ela exclusivamente atribuídos na Matriz de Alocação de Riscos, sem direito a qualquer compensação. Nos riscos concorrentes, a Contratada atuará ativamente com a Administração na sua gestão e mitigação.

## **22. DA SUBCONTRATAÇÃO**

### **22.1. Disposições Gerais**

Nos termos do artigo 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, combinado com o artigo 67, §9º, do Novo Estatuto de Licitações, será admitida a subcontratação de serviços no âmbito deste contrato, limitada ao percentual máximo de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do orçamento.

A subcontratação justifica-se em razão do volume e das especificidades dos serviços a serem executados, que envolvem áreas de domínio técnico especializado, tais como:

Instalação de estruturas metálicas;

Execução de gramado e jardinagem;

Outros serviços que se mostrarem pertinentes e necessários à boa execução da obra.

### **22.2. Condições para Subcontratação**

A subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa da Contratante, a quem caberá avaliar se a empresa subcontratada atende aos requisitos de qualificação técnica exigidos para a execução da parcela do objeto contratual.

É vedada a sub-rogação total ou parcial da obrigação principal assumida pela Contratada.

Para obras públicas, somente será autorizada a subcontratação de empresas que aceitem, expressamente, o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, conforme previsto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

**22.3. Responsabilidades da Contratada**

A subcontratação não exclui a responsabilidade integral da Contratada perante a Contratante quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

A assinatura do contrato será de responsabilidade exclusiva da empresa vencedora da licitação, mesmo que haja indicação de subcontratadas para a execução de partes específicas do objeto.

A Contratada deverá assegurar que seus funcionários e os das subcontratadas estejam devidamente identificados com crachás legíveis, contendo nome, cargo e a empresa a que pertencem.

A Contratada compromete-se a subcontratar apenas empresas que estejam com regularidade jurídica, fiscal, previdenciária e trabalhista devidamente comprovada.

**22.4. Substituição da Subcontratada**

Em caso de extinção da subcontratação, a Contratada deverá providenciar a substituição da subcontratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a conclusão dos serviços.

Caso não seja possível substituir a subcontratada no prazo estabelecido, a Contratada deverá executar diretamente os serviços ou demonstrar a inviabilidade da substituição perante a Contratante. O não cumprimento dessa obrigação poderá resultar em rescisão contratual e aplicação das sanções cabíveis.

**22.5. Regras para Execução e Segurança no Trabalho**

A Contratada e as subcontratadas deverão cumprir integralmente a legislação de Segurança e Medicina do Trabalho, assegurando que seus colaboradores utilizem os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários e realizem os testes exigidos pela legislação.

Os vícios de adequação, desempenho, durabilidade ou eventuais defeitos de fabricação detectados nos serviços prestados deverão ser corrigidos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Contratante.

**22.6. Recursos Humanos e Qualificação Técnica**

A Contratada deverá disponibilizar recursos humanos próprios em quantidade mínima suficiente para garantir a eficiência e a continuidade dos serviços, sempre empregando mão de obra qualificada e especializada.

As subcontratadas deverão comprovar, perante a Contratada, sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência do contrato.

**22.7. Responsabilidade pela Coordenação e Supervisão**

Em qualquer hipótese de subcontratação, a Contratada permanecerá responsável por:

- a) Supervisionar e coordenar as atividades das subcontratadas;
- b) Garantir a padronização, compatibilidade e qualidade dos serviços executados;
- c) Responder integralmente perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais, incluindo aquelas relacionadas às parcelas subcontratadas.

**23. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

A fiscalização do contrato para a construção do Centro de Treinamento para as Forças de Segurança Pública "Capitão Sílvio" no município de Ariquemes, Rondônia, será realizada conforme as diretrizes da **Lei Federal nº 14.133/2021**, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, e do **Decreto Estadual nº 28.874/2024**, que regulamenta as contratações públicas no âmbito do Estado de Rondônia.

O objetivo da fiscalização é assegurar que a execução da obra atenda às condições estabelecidas no contrato, ao Projeto Básico, ao Cronograma Físico-Financeiro e às demais exigências legais e contratuais.

**23.1. Comissão de Fiscalização**

A fiscalização será exercida por uma comissão composta por **3 (três) ou mais servidores** da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia - SESDEC/RO, nomeados por ato específico, em conformidade com as normas previstas na **Lei nº 14.133/2021** e no **Decreto Estadual nº 28.874/2024**.

Compete à comissão:

- a) Acompanhar e monitorar a execução dos serviços contratados;
- b) Avaliar a conformidade e a qualidade da obra em todas as suas etapas;
- c) Esclarecer dúvidas e solucionar eventuais pendências surgidas durante a execução;
- d) Determinar ações corretivas para sanar falhas, omissões ou não conformidades;
- e) Garantir que os serviços sejam executados conforme o Projeto Básico e o Cronograma Físico-Financeiro.

**23.2. Responsabilidade da Empresa Contratada**

Em conformidade com o disposto na **Lei nº 14.133/2021**, a presença da fiscalização não exime nem reduz a responsabilidade da empresa contratada. A contratada permanece plenamente responsável:

- a) Pela execução adequada e fiel do objeto contratado;
- b) Pela qualidade dos materiais e equipamentos empregados;

- c) Pela correção de falhas, defeitos ou imperfeições constatadas durante a execução e o período de garantia;
- d) Pela responsabilidade perante terceiros, em função de eventuais danos ou irregularidades decorrentes da obra.

Fica expressamente vedada a transferência de responsabilidade para fornecedores, fabricantes ou terceiros envolvidos na execução do contrato.

### 23.3. Competência e Limitações da Fiscalização

A comissão de fiscalização poderá emitir orientações e solicitar providências à empresa contratada, desde que dentro de sua competência. Decisões que excedam a competência da comissão serão encaminhadas, em tempo hábil, às instâncias superiores da SESDEC/RO, para a adoção das medidas necessárias.

### 23.4. Rejeição de Serviços e Medidas Corretivas

A SESDEC/RO se reserva o direito de:

- a) Rejeitar total ou parcialmente os serviços que estejam em desacordo com o contrato, o Projeto Básico ou as especificações técnicas;
- b) Exigir a imediata correção, substituição ou reaplicação de quaisquer serviços considerados defeituosos ou fora das exigências contratuais, sem que isso implique custos adicionais à Administração Pública;
- c) Aplicar sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente, em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

### 23.5. Aspectos Administrativos, Técnicos e de Gestão Contratual

A fiscalização do contrato será conduzida sob três vertentes principais, conforme estabelecem a **Lei nº 14.133/2021** e o **Decreto Estadual nº 28.874/2024**:

- a) **Administrativa:** Controle dos prazos, medições, cronogramas, documentações, garantias contratuais e demais cláusulas administrativas.
- b) **Técnica:** Verificação da execução da obra conforme as especificações técnicas, padrões de qualidade exigidos e normas aplicáveis.
- c) **Gestão Contratual:** Monitoramento dos custos, do cumprimento do cronograma físico-financeiro e da adoção de medidas preventivas para evitar atrasos, desvios e não conformidades.

O gestor e o fiscal do contrato, designados pela SESDEC/RO, terão autonomia para adotar as medidas necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais, zelando pela boa execução do objeto contratado.

## 24. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por 3 (três) ou mais engenheiros, nomeados pela **SESDEC/RO** para tal finalidade, acompanhados do responsável técnico da Empresa CONTRATADA, observando as disposições contidas no edital e no artigo 140 da lei 14.133/2021.

O recebimento e a aceitação dos serviços dar-se-ão da seguinte forma:

24.1. **Provisório:** em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da comunicação, por escrito, da conclusão dos serviços pela empresa, após a realização de teste de conformidade e verificação das especificações técnicas do Projeto Básico, que será efetivado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes;

Os materiais e equipamentos fornecidos e/ou serviços executados pela CONTRATADA, que não satisfizerem as condições de recebimento, serão recusados pela fiscalização e deverão ser substituídos e/ou refeitos.

Se após o Recebimento Provisório for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à empresa, o prazo para a efetivação do Recebimento Definitivo ficará suspenso até o saneamento das impropriedades detectadas.

24.2. **Definitivo:** decorridos no máximo 60 (sessenta) dias, da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório. Ocasão em que os serviços serão novamente inspecionados para fins de aceitação definitiva, sendo, a seguir, lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, desde que tenham sido atendidas todas as reclamações das falhas de execução e exigências contratuais. Se o objeto estiver de acordo com as especificações contratuais será emitido o Termo de Recebimento Definitivo do serviço por comissão ou servidor devidamente designado, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes contratantes, do contrário, não se emitirá o referido termo e a Contratante procederá da seguinte forma:

Na hipótese de a Contratante verificar que o objeto deste Projeto não foi perfeitamente executado, mas que se mostra possível sua adequação aos termos pactuados, mediante ajustes, fixará prazo para que a Contratada, às expensas desta, venha a reparar as imperfeições verificadas, observando o disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/21.

Se a Contratada realizar os reparos necessários dentro do prazo estipulado, adequando o objeto do projeto aos termos pactuados, o Gestor do Contrato emitirá o Termo de Recebimento Definitivo; e

Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto do projeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o art. 104, inc. II, da Lei nº 14.133/21, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto no *art. 156 da referida Lei*, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

Após o recebimento definitivo do objeto, não poderá a Contratante, impor a execução correta do Projeto à Contratada, a não ser que exista algum vício oculto que, no momento da análise para o recebimento definitivo, não poderia ter sido verificado.

O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos serviços executados, nem a ética profissional pela execução do objeto deste Projeto.

## 25. DAS MEDIÇÕES

As medições dos serviços executados serão realizadas, mensalmente, pelos Fiscais Técnicos do Contrato, acompanhado pelo Responsável Técnico da Empresa.

As medições deverão ser elaboradas para o período máximo de 30 (trinta) dias, sempre dentro do mesmo mês.

A Administração local da obra do canteiro central, será medido por percentual da obra executada, em conformidade com o estabelecido no ACÓRDÃO Nº 2.622/2013 – TCU – Plenário:

"Acórdão TCU 2.622/2013 – Plenário: "9.3.2.2. estabelecer, nos editais de licitação, critério objetivo de medição para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e nos arts. 5º Inciso V, 103 e 141 §1º, Inciso III da Lei n. 14.133/2021".

As medições serão de acordo com os parâmetros das etapas do cronograma do contrato com as unidades de medição dos serviços, com exceção da medição da administração local que será como segue: "A medição da Administração Local como um montante físico mensal pode distorcer os pagamentos e levar ao recebimento indevido de valores pelo construtor, quando este reduz o ritmo da execução da obra". Para evitar tal possibilidade, o TCU recomenda que o pagamento deste item como uma proporção da execução financeira dos demais serviços da obra. Assim, se o construtor executou 9% do valor da obra em determinado mês, por exemplo, terá direito a 9% do pagamento previsto contratualmente para a Administração Local.

## 26. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após cada **etapa da obra** concluída, exceto para os itens da administração local que serão efetuados proporcionalmente à execução financeira da obra, conforme Acórdão TCU 2.622/2013. Somente após medidos e aceitos os serviços pela comissão de fiscalização designada pela **SESDEC/RO**, que conferirá e atestará a sua **execução em conformidade com as etapas da obra concluídas**, bem como de acordo com os cronogramas físico-financeiro.

As etapas da obra compreenderão: no mínimo o **objetivo principal de cada item e ou subitem** da Planilha Sintética **executados por completo**. Não serão contabilizados os serviços parcialmente executados constantes nos subitens da planilha sintética executados, para fins de medição.

As medições serão executadas por etapas de obra concluída conforme recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) para obras públicas (Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas. Tribunal de Contas da União. – 3. ed. Brasília : TCU, SecobEdif, 2013, p. 93).

Serão consideradas etapas concluídas para fim de pagamento à contratada: a conclusão completa do objetivo do item da planilha, não sendo admitida medição por unidade de medida.

O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal/fatura correspondente à etapa da obra concluída e apresentação por parte da contratada da documentação completa de suas obrigações, mediante apresentação de provas de recolhimento previdenciários e fiscais, a que estiver sujeita a Contratada e comprovada a identificação da obra.

Antes da entrega da documentação completa pela contratada não se iniciará a contagem do prazo de 15 (quinze) dias.

A CONTRATADA deverá apresentar obrigatoriamente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as Certidões/Guias constantes do PROJETO BÁSICO demonstrando sua regularidade fiscal.

Caso haja impedimento para a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor e o pagamento ficará pendente, até que se providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à SESDEC/RO.

A Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia - **SESDEC/RO** reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados da CONTRATADA e, ainda, se for constatado, que os serviços executados não correspondam às especificações apresentadas na proposta, constantes deste Projeto Básico e seus anexos.

## 27. DO REAJUSTE DO CONTRATO

A base de dados da planilha orçamentária estimativa é a referência de **março de 2025**, constante da **tabela SINAPI/RO**, e **janeiro de 2025**, constante na **tabela SICRO**, conforme parágrafo § 4, do artigo 31, decreto 28.874/2024, e servirá como parâmetro para orientação dos licitantes. Estes dados serão utilizados para fins de reajuste, conforme disposto na Cláusula de Reajuste do Edital.

Caso, entre a apresentação da proposta e a assinatura do contrato, ocorram fatos supervenientes que impactem significativamente os custos estimados, a contratada poderá solicitar a revisão da proposta, devidamente justificada, para apreciação e deliberação da Administração. A ausência de manifestação será interpretada como concordância com os valores originalmente ofertados.

### 27.1. Critérios e Forma de Reajuste

Os preços contratuais, expressos em reais, serão reajustados após decorrido **1 (um) ano** do mês-base da proposta, com referência ao orçamento preestabelecido. O reajuste será aplicado com base no **Índice Nacional da Construção Civil (INCC)**, coluna 35, divulgado pela **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, em conformidade com o artigo 3º, § 1º da **Lei nº 10.192/2001** e com as diretrizes do **Decreto nº 28.874/2024** do Estado de Rondônia.

O reajuste será aplicável apenas às parcelas com execução prevista após o período de 12 (doze) meses e desde que não haja inadimplência da contratada quanto às suas obrigações no cronograma físico-financeiro aprovado pela **Secretaria Executiva**.

**27.2. Fórmula de Cálculo do Reajuste**

O cálculo do reajuste dos preços unitários contratuais será realizado pela fórmula abaixo:

$$R = \frac{I_i - I_o}{I_o} \times V$$

Onde:

- I - R = Valor da parcela reajustada;
- II - V = Valor inicial da parcela do contrato a ser reajustado;
- III - I<sub>o</sub> = Índice de preço referente à base de dados do orçamento;
- IV - I<sub>i</sub> = Índice de preço referente ao mês de reajuste.

Caso o índice de reajuste seja extinto ou se torne inaplicável, será utilizado o índice substituto definido pela legislação vigente. Na ausência de previsão legal, as partes acordarão um novo índice oficial.

**27.3. Condições para Aplicação do Reajuste**

- a) O reajuste incidirá apenas sobre as parcelas cuja execução está prevista para além da base de dados estabelecida;
- b) Não será aplicado reajuste às etapas previstas para conclusão antes da base de dados, ainda que não concluídas em tempo, por responsabilidade da contratada;
- c) **Não serão incluídas taxas financeiras** tais como juros, despesas bancárias ou similares no cálculo do reajuste;
- d) Havendo atraso na divulgação do índice, será aplicado provisoriamente o índice anual vigente, com posterior quitação da diferença apurada após publicação do índice definitivo;
- e) O contratado deverá apresentar **memória de cálculo detalhada** sempre que houver solicitação de reajuste, sob pena de não reconhecimento da atualização pretendida;
- f) Obras ou serviços entregues com atraso imputável à contratada não gerarão direito a reajuste ou atualização monetária.

**27.4. Restabelecimento do Equilíbrio Econômico-Financeiro**

Nos casos de pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, aplica-se o disposto no artigo 132 da **Lei nº 14.133/2021**, em conjunto com o artigo 150 do **Decreto nº 28.874/2024**, os quais estabelecem que a formalização do termo aditivo é condição necessária para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela administração durante a vigência do contrato. Excepcionalmente, em situações justificadas que exijam a antecipação dos efeitos do aditivo, a formalização deverá ser concluída no prazo máximo de **1 (um) mês**.

**28. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

Para fins de habilitação, previamente, a CONTRATADA deverá atender aos requisitos previstos nos Artigos 62 a 70 da Lei 14.133/21, relativamente à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira, qualificação operacional e qualificação técnica.

**28.1. Habilitação Jurídica:**

28.1.1. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa, se for o caso;

28.1.2. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

28.1.3. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social ou outro instrumento equivalente, com todas as suas alterações em vigor, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

28.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

28.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

28.1.6. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, nos termos do art. 63, I, da Lei nº 14.133/21;

28.1.7. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, na forma do art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/21.

**28.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

28.2.1. Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

28.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).



- 28.2.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- 28.2.4. Certificado de Regularidade de Situação – CRS, relativo ao FGTS, podendo ser Certidão Positiva com Efeito de Negativa, quando couber;
- 28.2.5. Certidão Negativa de Débito – CND, relativa à Seguridade Social-INSS, podendo ser Certidão Positiva com Efeito de Negativa, quando couber;
- 28.2.6. Certidão Negativa de Tributos Estaduais e/ou Certidão de Tributos e Contribuição Municipais, podendo ser Certidão Positiva com Efeito de Negativa, quando couber;
- 28.2.7. Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos e Dívida Ativa da União, podendo ser Certidão Positiva com Efeito de Negativa, quando couber.

## **29. DAS QUALIFICAÇÕES DA EMPRESA**

### **29.1. Qualificação Econômico Financeira**

- a) Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor central do Fórum da sede da empresa Licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação quando não determinado no corpo da certidão;
- b) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado, para que o Presidente possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas há menos de um ano), de 10% (dez por cento) do valor estimado do item que o licitante estiver participando. (§4º. art. 69 Lei Federal 14.133/2021).

### **29.2. Qualificação Operacional da Empresa**

As exigências se darão na forma do Art. 67 da Lei N.º 14.133/21, e deverão ser apresentados atestados da seguinte forma:

Registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR;

Quando da execução do Contrato, caso haja necessidade de substituição do Responsável Técnico ou outros habilitados na licitação, deverá ser solicitado autorização prévia da Administração, que analisará as condições e procederá a autorização da referida substituição;

Acervo técnico do(s) profissional(is) que será(ão) o(s) responsável(is) técnico pela obra, por execução de obras ou serviços de características semelhantes ao objeto da licitação, quais sejam conforme este projeto básico e seus anexos.

A comprovação de que o(s) responsável(is) técnico(s) pertence(m) ao quadro permanente da empresa poderá ser feita através de uma das seguintes formas:

- a) Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante;
- b) Certidão de Registro da licitante junto ao CREA em que conste o profissional como responsável técnico;
- c) Cópia do Contrato Social do licitante em que conste o profissional como sócio;
- d) Contrato de Prestação de Serviços, vigente na data da licitação;
- e) Contrato de Trabalho Registrado na DRT; ou
- f) Declaração formal indicando o profissional que será o responsável técnico pela obra, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicada.

Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a execução de obra com características semelhante ao objeto da licitação, admitindo-se somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos;

Relação explícita, bem como, declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento, ferramental, veículos e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação e, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos, evidenciando declaração expressa de que o(s) responsável(is) Técnico não possui vínculo com o Governo do Estado de Rondônia;

A SESDEC/RO tem a prerrogativa de aferir a capacidade técnica operacional da empresa por meio de uma vistoria às instalações físicas, a fim de comprovar as condições operacionais e a existência física daquela.

Todas as empresas deverão apresentar, sob pena de inabilitação, junto a sua documentação de habilitação uma declaração de conhecimento prévio de todos os aspectos relevantes que envolvem a execução dos serviços, informações e condições físicas, ambientais, logísticas, de mão-de-obra, econômica e social da área de execução dos serviços, podendo a referida declaração ser firmada em modelo próprio da empresa licitante. assim, a empresa vencedora, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento das particularidades regionais relativas as condições de realização do serviço como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

Nos atestados de obras/serviços/projetos executados em consórcio serão considerados, para comprovação dos quantitativos, os serviços executados pela licitante que sejam discriminados separadamente no atestado técnico, para cada participante do consórcio.

Se as quantidades de serviços não estiverem discriminadas no corpo da certidão/atestado/declaração, serão considerados quantitativos comprovados pelos atestados na proporção da participação da licitante na composição inicial do consórcio.

Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, deverá ser juntada à certidão/atestado/declaração, cópia do instrumento de constituição do consórcio.

### 29.3. Qualificação técnica da empresa

A qualificação técnica será exigida em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/21.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

**Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a execução de obra com características semelhante ao objeto da licitação, admitindo-se somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos:**

1ª ETAPA	UND	QTD
Execução de alvenaria de vedação de blocos cerâmicos.	m²	336,05
Execução de revestimento cerâmico tipo porcelanato.	m²	169,23
Execução de estrutura metálica.	m²	137,16

2ª ETAPA	UND	QTD
Execução impermeabilização de superfície com manta asfáltica.	m²	230,07
Execução de pavimento em piso intertravado.	m²	409,17
Execução piso em pedra assentado sobre argamassa.	m²	118,18

Capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pela contratada.

Quando da execução do Contrato, caso haja necessidade de substituição do Responsável Técnico ou outros habilitados na licitação, deverá ser solicitado autorização prévia da Administração, que analisará as condições e procederá a autorização da referida substituição.

No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, todos serão inabilitados.

Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do nº da ART/RRT que lhe deu origem ou acompanhado do acervo técnico do profissional, referente ao atestado apresentado, nos termos do art. Art. 67 da Lei N.º 14.133/21.

### 30. PARA TRAMITAÇÃO DOS PAGAMENTOS SERÃO EXIGIDOS OS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES, CONFORME O QUE SE SEGUE NA PRIMEIRA MEDIÇÃO

- Inscrição do contrato na Seguridade Social, Matrícula INSS (CEI) nº...;
- Comprovante de registro dos servidores no CREA/RO – ART (Autenticada) nº...;
- Relatório: PPRA/PCMAT devidamente assinado pelo Engenheiro do Trabalho e Fiscais da PMRO com comprovante de registro no CREA/RO – ART (Autenticada) N°...;
- Relatório: PCMSO devidamente assinado pelo Médico do Trabalho e Fiscais da PMRO;
- Certidão negativa da Fazenda Estadual;
- Certidão negativa da Receita Federal;
- Certidão da Dívida Ativa da União;

- h) Certidão negativa do INSS;
- i) Certidão negativa municipal;
- j) Certidão de Regularidade do FGTS;
- k) Guia GPS INSS (original/autenticada);
- l) Guia GFIP INSS (original/autenticada);
- m) Certidão Negativa de Débitos Fiscais Trabalhistas – CNDT.
- n) A PARTIR DA SEGUNDA MEDIÇÃO:
- o) Recolhimento do ISS-QN da Prefeitura;
- p) Certidão negativa da Fazenda Estadual;
- q) Certidão negativa da Receita Federal;
- r) Certidão da Dívida Ativa da União;
- s) Certidão negativa do CNO;
- t) Certidão negativa municipal;
- u) Certidão de Regularização do FGTS;
- v) Recolhimento ISS Prefeitura;
- w) Guia GPS INSS (original/autenticada);
- x) Guia GFIP INSS (original/autenticada);
- y) Certidão Negativa de Débitos Fiscais Trabalhistas – CNDT.

Toda e qualquer modificação, redução ou acréscimo nas disposições do Contrato será formalizada através de Termo Aditivo, conforme legislação vigente. As alterações no valor do CONTRATO no decorrer de sua vigência obrigam a CONTRATADA a aceitar pelos mesmos preços e nas mesmas condições os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, tudo conforme os termos do Art. 126 da Lei nº 14.133/21 65, até o limite máximo de 25% ( vinte e cinco por cento) do valor inicial do CONTRATO. Após, será encaminhado ao Controle Interno a fim de verificar o percentual a ser adquirido, bem como a manutenção da contratação quando a regularidade fiscal.

A contratada se obriga a elaborar e/ou às suas custas todas as Certidões, documentos e projetos exigidos para o perfeito e contínuo desenvolvimento das obras, inclusive ambientais (de instalação e de operação, assim como todos os pré-requisitos necessários e suficientes para a regularização do objeto nas diversas esferas públicas, inclusive junto a Prefeitura Municipal - para fins de Alvará de Construção até a emissão do "habite-se".

A contratada se obriga a elaborar, às suas custas o projeto "As-Built" (conforme construído) como segue: MANUAL DO PROPRIETÁRIO Este documento deve ser elaborado pela contratada e deve ser entregue para arquivo na SESDEC, ao final da construção de acordo com Norma Brasileira - NBR 14.037 – diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações – Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos. O Manual deve conter, no mínimo:

- z) Cópias de todos os projetos de aprovação (prefeitura, bombeiros, etc...);
- aa) Cópias dos projetos como construído ("As-Built") NBR 14.645: Elaboração do “como construído” para edificação;
- ab) Alvará e licenças;
- ac) Termos de garantia de materiais, máquinas e equipamentos;
- ad) Manual de uso e manutenção das máquinas e equipamentos; e
- ae) Toda a documentação por meio físico e em mídia digital. De acordo a NBR 14645- Elaboração do “como construído” (as built) para edificação.

### 31. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

Entende-se como garantia, àquela destinada a remover os eventuais defeitos apresentados nos serviços e seus materiais, colocando-os em perfeitas condições de uso, incluindo o fornecimento de materiais.

A CONTRATADA deverá apresentar, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos de garantia, assistência técnica, manutenção e reposição de peças necessárias, inclusive a troca ou reparo de partes que apresentarem problemas de impermeabilização por defeito de fabricação e/ou execução do serviço, prevalecendo o tempo de garantia do fabricante, caso seja maior, contada a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços.

A garantia do Fabricante não excluirá a garantia da CONTRATADA.

### 32. DOS CRITÉRIOS DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

No que tange à sustentabilidade ambiental a Contratada é responsável, perante a legislação ambiental aplicável, por todas as obras e instalações de apoio e serviços que estiver realizando/mantendo, bem como pelas consequências legais das omissões ou das ações empreendidas pelos seus empregados e prepostos, em conformidade com as especificações, normas e planos básicos ambientais.

São obrigações da contratada, além daquelas exigidas em Lei 14.133/21:

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

- I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
- II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;
- IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
- V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;
- VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

#### 34. DA COMPOSIÇÃO DO BDI

A composição do BDI detalhando todos os seus componentes em valores nominais, como também sob a forma percentual, está assim definido conforme a planilha BDI de serviços que segue, anexo do presente projeto:

##### 34.1. Do BDI Normal

Figura 02 - Composição do BDI da 1ª e 2ª etapa da obra

ALTERAR SOMENTE AS CELULAS AMARELAS				
COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS				
VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA %				
TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil	
Construção de Edifícios	20,34	22,12	25,00	
Escolher os parâmetros abaixo dentro do intervalo dos quartis, no entanto sem extrapolar o				
DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA - %			BDI ADOTADO %
	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	
Administração Central	3,00	4,00	5,50	3,00
Seguro e Garantia (*)	0,80	0,80	1,00	0,80
Risco	0,97	1,27	1,27	0,97
Despesas Financeiras	0,59	1,23	1,39	0,59
Lucro	6,16	7,40	8,96	6,16
<b>Tributos (soma dos itens abaixo)</b>	<b>5,15</b>	<b>6,65</b>	<b>8,65</b>	<b>8,65</b>
COFINS	3,00	3,00	3,00	3,00
PIS	0,65	0,65	0,65	0,65
ISSQN (**)	1,50	3,00	5,00	5,00
<b>TOTAL</b>				<b>22,47</b>
Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário				
Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:				
$BDI = \left[ \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$				
Onde:				
AC = taxa de rateio da Administração Central;				
DF = taxa das despesas financeiras;				
S = taxa de seguro; R = taxa de risco e G = garantia do empreendimento;				
I = taxa de tributos;				
L = taxa de lucro.				
OBS:				
(*) - PODE HAVER GARANTIA DESDE QUE PREVISTO NO EDITAL DA LICITAÇÃO E NO CONTRATO DE EXECUÇÃO.				
(**) - PODEM SER ACEITOS OUTROS PERCENTUAIS DE ISS DESDE QUE DEVIDAMENTE EMBASADOS NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.				
Conforme esse Acórdão, o valor final do BDI também deverá obedecer à faixa de variação				
VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA				
TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil	
Construção de Edifícios	20,34%	22,12%	25,00%	
Desta forma, após o enquadramento do BDI nos critérios abordados acima e sendo utilizado				
Reiteramos que, por determinação do TCU, não é admitida a inclusão de IRPJ e CSLL no				
<b>Tributos (Confins, PIS e ISSQN) + 4,5% INSS</b>	<b>7,15</b>	<b>8,65</b>	<b>10,65</b>	<b>13,15</b>
<b>TOTAL</b>				<b>28,82</b>
alteração da contribuição de 2 para 4,5 - LEI 13161/2015				

Fonte: Planilha BDI

O BDI normal estimado adotado é 22,47% (vinte e dois vírgula quarenta e sete porcentos).

Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária,

As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

Licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária. As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae, e etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

Será utilizada a taxa de BDI do orçamento base da licitação nos casos de aditivos contratuais incluindo novos serviços, sempre que a taxa de BDI adotada pela CONTRATADA for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto 7.983/2013.

As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional devem apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição de seu BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae e etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar - Acórdão Nº 2622/2013 – TCU – Plenário.

#### 34.2. Do BDI Diferenciado

Figura 3 - Planilha de composição do BDI Diferenciado

#### COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI DIFERENCIADO REFERENCIAL - SEM DESONERAÇÃO

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA %				
TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil	
Fornecimento de materiais e equipamento	11,10	14,02	16,80	

  

DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA - %			BDI ADOTADO %
	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	
Administração Central	1,50	3,45	4,49	1,50
Seguro e Garantia (*)	0,30	0,48	0,82	0,30
Risco	0,56	0,85	0,89	0,56
Despesas Financeiras	0,85	0,85	1,11	0,85
Lucro	3,50	5,11	6,22	3,50
<b>Tributos (soma dos itens abaixo)</b>	<b>8,65</b>	<b>8,65</b>	<b>7,65</b>	<b>8,65</b>
COFINS - Contribuição Para o Financiamento Seguridade Social	3,00	3,00	3,00	3,00
PIS - Programa de Integração Social	0,65	0,65	0,65	0,65
ISSQN (**) - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00	5,00	4,00	5,00
CPRB - Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>				<b>16,96</b>

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário

Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI = \left[ \frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

Onde:

AC = taxa de rateio da Administração Central;

DF = taxa das despesas financeiras;

S = taxa de seguro; R = taxa de risco e G = garantia do empreendimento;

I = taxa de tributos;

L = taxa de lucro.

OBS:

(\*) - PODE HAVER GARANTIA DESDE QUE PREVISTO NO EDITAL DA LICITAÇÃO E NO CONTRATO DE EXECUÇÃO.

(\*\*) - LEI MUNICIPAL Nº 2.117 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

O BDI diferenciado estimado adotado é 16,96%.

Sobre a utilização do BDI diferenciado para o caso concreto, segue:

Nos Acórdãos plenários 1.785/2009 e 2.842/2011, o TCU entendeu que **não se devem aplicar BDI diferenciado aos materiais ordinários de construção, que não podem ser considerados atividade acessória da execução da obra**, pois nada é mais típico à atividade de construção civil do que o fornecimento e instalação desses materiais. [GRIFO NOSSO]

A orientação do TCU de aplicar BDI reduzido se aplicaria no caso de fornecimento de materiais e equipamentos que escapassem à atuação precípua de empresa de construção civil, tais como o fornecimento de grupos geradores de energia, mobiliário, eletrodomésticos etc.”(Fonte: Manual de ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE OBRAS PÚBLICAS, TCU, 2014).

Sendo Assim, nos termos de reiterados julgamentos do Tribunal de Contas da União, consolidados pela **Súmula nº**

**253/2010:**

Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra, devem apresentar incidência de taxa de BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens.

Sobre a aplicação dos tributos, a exclusão do ISS se daria devido a utilização de composição diferenciada do BDI, para o caso de aquisição de **fornecimento de materiais e equipamentos** que escapassem à atuação precípua de empresa de construção civil.

### 35. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação/notificação.

A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação ou apresentá-la com conteúdo falso, ensejar o retardamento da realização da contratação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de no mínimo 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos e, se for o caso, será descredenciada do SICAF, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Projeto Básico e demais cominações legais aplicáveis.

O atraso injustificado na execução do objeto ou o descumprimento das obrigações estabelecidas sujeitarão a contratada à multa de mora, conforme percentuais e bases de cálculo estabelecidos no item DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, a qual será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, uma vez comunicada oficialmente.

Transcorrido o prazo máximo de 10 (dez) dias de inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá rescindi-lo. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

Advertência:

Multa de 05% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, ou sobre o valor correspondente a parte não executada, no caso de inexecução parcial, a ser recolhida no prazo de quinze dias, contado da comunicação oficial;

Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com o PMRO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. (inciso IV, do art. 156, da Lei nº 14.133/21).

A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da CONTRATADA de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com PMRO, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do CONTRATANTE;
- e) Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 14.133/2021, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do CONTRATANTE após a assinatura do Contrato;
- f) Apresentação, ao CONTRATANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação.

Se o valor da multa não for pago, será cobrado administrativamente, podendo, ainda, ser cobrado judicialmente. Em caso de negativa de assinatura do termo contratual por parte da licitante vencedora será ela penalizada com multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta, a ser recolhida no prazo de quinze (quinze) dias, contado da comunicação oficial, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PMRO e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas aqui estipuladas e também previstas na Lei 14.133/21.

Os valores das multas aplicadas deverão ser recolhidos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será abatido da garantia, quando houver. Sendo a garantia insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

Serão remetidas cópias dos processos administrativos dos fornecedores que sofrerem sanção administrativa passível da inserção no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual pela Controladoria Geral do Estado, nos termos da Lei nº. 2.414/2011.

As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
1	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
2	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
3	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os fornecimentos dos bens adquiridos.	05	3,2% por dia
4	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
5	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
6	Inexecução total do contrato.	10	10 %
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>			
7	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
8	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
9	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia
(*) Incide sobre a parte inadimplida.			

As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta contratação:

Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos; e

Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação.

### 36. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA OBRA

O valor total estimado para a execução da obra do Centro de Treinamento das Forças de Segurança Pública “Capitão Sílvia”, no município de Ariquemes/RO, é de **R\$ 5.171.266,36 (cinco milhões, cento e setenta e um mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos)**, sendo discriminado em duas etapas: **1ª Etapa:** R\$ 2.878.060,44 (dois milhões, oitocentos e setenta e oito mil sessenta reais e quarenta e quatro centavos) e **2ª Etapa:** R\$ 2.293.205,92 (dois milhões, duzentos e noventa e três mil duzentos e cinco reais e noventa e dois centavos).

Para a composição dos preços unitários utilizados nas planilhas orçamentárias, adotou-se como referência o **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI/RO)**, com base na tabela vigente do mês de **março/2025**, conforme anexos deste Projeto Básico. A utilização do SINAPI é justificada pela **ausência de tabela específica** de custos unitários no âmbito do Estado de Rondônia, tanto pela **Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos (SEOSP)** quanto pelo **Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transporte (DER)**.



Conforme o **artigo 54 do Decreto Estadual nº 28.874/2024**, o orçamento de referência para obras e serviços de engenharia deve considerar os custos unitários e o BDI de referência dos materiais, serviços, equipamentos e mão de obra, apurados por boletins da SEOSP e/ou DER. No entanto, diante da inexistência de tais publicações oficiais em Rondônia, aplicou-se, em conformidade com o §1º do referido artigo, fontes oficiais de outros entes da Administração Pública, com prioridade para o **SINAPI/CAIXA** e, complementarmente, o **Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO)**, do **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)**, cujo **Relatório Sintético de Mão de Obra - janeiro de 2025** foi utilizado para melhor precisão na estimativa de custos de pessoal.

Além disso, a adoção do SINAPI atende ao disposto no **artigo 23, § 3º da Lei nº 14.133/2021**, considerando que a obra será financiada com recursos do **Fundo Nacional de Segurança Pública**, vinculado à **Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)**, que adota o SINAPI como referência oficial para orçamentos de obras de públicas de engenharia.

Para itens específicos destinados à **manutenção e uso da piscina semiolímpica** do Centro de Treinamento, foi necessária a complementação da composição analítica de preços por meio de **cotações diretas em empresas locais de Ariquemes/RO**. Apesar da existência de outras lojas no município, apenas **quatro empresas** apresentaram orçamentos válidos, devido à especificidade dos equipamentos requeridos — que exigem maior capacidade e potência para atender às normas de piscinas de competição.

Adicionalmente, a composição da estimativa de valores contemplou as **taxas municipais previstas na Lei nº 2.120/2017**, relativas ao poder de polícia e à prestação de serviços públicos específicos e divisíveis no âmbito municipal. Considerando a natureza e porte da obra, foi incorporado o custo de encargos administrativos e de fiscalização municipais, com base na **UFAR (Unidade Fiscal de Ariquemes)**, fixada em **R\$ 85,15** para o exercício de 2025, conforme dispõe o **Decreto Municipal nº 21.853/2025**.

Com base no laudo do engenheiro responsável, a obra foi classificada como de **médio porte** e, para fins de composição do orçamento, foram aplicados os seguintes percentuais para o custo com administração local e controle da obra: **4,14% na 1ª Etapa; e 5,19% na 2ª Etapa**.

Tais percentuais encontram-se entre o **primeiro e o segundo quartil** definidos no **Acórdão TCU nº 2622/2013 – Plenário**, que trata dos limites aceitáveis para Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), assegurando conformidade com os parâmetros de controle externo e equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A metodologia adotada para a estimativa de valores garante **transparência, aderência à realidade local, adequação às normativas vigentes e atendimento aos princípios da administração pública**, notadamente os da economicidade, eficiência e legalidade, proporcionando uma estimativa de custos justa, atualizada e compatível com a realidade do mercado.

#### 37. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta licitação, quando ordenada, ocorrerão por conta dos recursos orçamentários do Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia de acordo com o plano de ação apresentado a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA:

- 37.1. Unidade Gestora: **15.017 – Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP;**
- 37.2. Programa de trabalho: **06.181.2166.1381 - Realizar obras e melhorias à infraestrutura;**
- 37.3. Natureza de despesa: **4.4.90.51;**
- 37.4. Fontes de recurso: **1.713.0.00001 e 2.713.0.00001.**

#### 38. DA RESCISÃO CONTRATUAL

O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

A rescisão contratual será efetuada em conformidade com o artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

Constituirão motivos para a extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no art. 137 da Lei Nº 14.133/21, *in verbis*:

[...]

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

[...]

A extinção do contrato ocorrerá em estrita observância ao disposto no Art. 138 da Lei 14.133/21, nos seguintes casos:

Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

A extinção por ato unilateral da Administração e a extinção consensual devem ser antecedidas por autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, devendo ser formalizadas mediante termo no respectivo processo, em estrita observância às disposições do ordenamento jurídico em vigor, conforme estabelecido no §1º do Art. 138 da Lei 14.133/21.

Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, conforme estabelecido no §2º do Art. 138 da Lei 14.133/21, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da **Lei nº 14.133/21** e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

#### 39. **DAS CONDIÇÕES GERAIS**

As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente Projeto Básico, serão dirimidos aplicando-se as regras contratuais da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

A CONTRATANTE prestará todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela contratada a respeito deste Projeto Básico.

As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### 40. **ANEXOS**

##### 40.1. **Projeto de Arquitetura**

40.1.1. Anteprojeto/Programa de Necessidades (0047297175)

40.1.2. Estudo Técnico Preliminar (0059490119)

40.1.3. Projeto Arquitetônico - Plantas 0047296105

##### 40.2. **Projeto de Acessibilidade**

40.2.1. Projeto de Acessibilidade (0047296114)

##### 40.3. **Projeto de Combate Incêndio e Pânico**

40.3.1. Projeto de Comb. Incêndio e Pânico (0047296145)

40.3.2. Certificado de aprovação do Corpo de Bombeiros (0047296154)

##### 40.3.3. **Projeto de instalações elétricas de baixa tensão**

40.3.4. Projeto Elétrico (0048382898)

40.3.5. Projeto Lógico (0047296124)

40.3.6. Parecer de dispensa de projeto de Alta Tensão (0048383201)

##### 40.4. **Projeto Estrutural**

40.4.1. Projeto Estrutural (0047296127)

##### 40.5. **Memoriais**

40.5.1. Memorial Descritivo 1ª e 2ª etapa (0059593580)

##### 40.6. **Projeto Hidrossanitário**

40.6.1. Projeto Hidrossanitário (0047296117)

40.6.2. Projeto Hidráulico das Piscinas (0047296122)

**40.7. Orçamento**

- 40.7.1. Planilha Orçamentária Resumida 1ª ETAPA (0059587306)
- 40.7.2. Planilha Orçamentária Sintético 1ª ETAPA (0059587818)
- 40.7.3. Cronograma Físico e Financeiro 1ª ETAPA (0059589033)
- 40.7.4. Planilha Curva S 1ª ETAPA (0059589156)
- 40.7.5. Planilha Curva ABC 1ª ETAPA (0059589291)
- 40.7.6. Planilha Orçamentária Analítica 1ª ETAPA (0059591796)
- 40.7.7. Memória de Cálculo 1ª ETAPA (0059592053)
- 40.7.8. Planilha Orçamentária Resumida 2ª ETAPA (0059592231)
- 40.7.9. Planilha Orçamentária Sintética 2ª ETAPA (0059592354)
- 40.7.10. Planilha Orçamentária Analítica 2ª ETAPA (0059592473)
- 40.7.11. Cronograma Físico Financeiro 2ª ETAPA (0059592590)
- 40.7.12. Planilha Curva S 2ª ETAPA (0059592652)
- 40.7.13. Planilha Curva ABC 2ª ETAPA (0059592731)
- 40.7.14. Memória de Cálculo 2ª ETAPA (0059592877)
- 40.7.15. Planilha BDI Normal 1ª e 2ª Etapa (0059593110)
- 40.7.16. Planilha BDI Diferenciado 1ª e 2ª Etapa (0059593256)
- 40.7.17. Cotação de preço de materiais e equipamentos 1ª e 2ª ETAPA (0059593422)
- 40.7.18. Memorial Descritivo 1ª e 2ª ETAPA (0059593580)

**40.8. Topografia e sondagem**

- 40.8.1. Estudo Topográfico (0047296098);
- 40.8.2. Relatório de Sondagem (0047296102);
- 40.8.3. Justificativa Sondagem de Solo (0059592423)
- 40.8.4. Relatório Fotográfico (0047296163).

**40.9. Anotação e Registros de Responsabilidade técnica**

- 40.9.1. Registro de Responsabilidade Técnica - Projeto Arquitetônico (0056969519);
- 40.9.2. Anotação de Responsabilidade Técnica - Estrutural (0047296136);
- 40.9.3. Anotação de Responsabilidade Técnica - Projeto Elétrico (0048383052);
- 40.9.4. Anotação de Responsabilidade Técnica - Memoriais e Orçamento (0047296210)

**40.10. Outros**

- 40.10.1. Termo de Abertura (0047298440);
- 40.10.2. Autorização (0047476968);
- 40.10.3. Portaria Eixo valorização (0047806650);
- 40.10.4. Certidão de Inteiro Teor (0059613871);
- 40.10.5. Portaria Designa Comissão para o Estudo Técnico Preliminar (0052061252)
- 40.10.6. Licença Ambiental Simplificada (0047296155);
- 40.10.7. Certidão Negativa de Débitos do Imóvel (0048040313);
- 40.10.8. Adendo Demanda de água e aprovação de projeto (0047296157);
- 40.10.9. Declaração Capacidade de coleta de resíduos sólidos (0047296159);
- 40.10.10. Estudo de Análise de Riscos (0051910755);
- 40.10.11. Declaração - Enquadramento de Serviços Comuns de Engenharia (0059616120);
- 40.10.12. Relatório de Impacto de Trânsito - Dispensa ( RIT) (0047296165);
- 40.10.13. Estudo de Impacto de vizinhança (0047297179);
- 40.10.14. Estudo técnico de demanda impacto e custeio (0047297182);
- 40.10.15. Parecer da SEMUST Mobilidade e Transporte (0048339213);
- 40.10.16. Nota técnica desbloqueio/ aprovação MJ (0047633421);
- 40.10.17. Declaração de Adequação Financeira (0047796692).
- 40.10.18. Matriz de Risco (0057770197)

Técnico Responsável: <b>Júlio Benigno de Souza</b> Engenheiro Civil - CREA 1600096697 D/PB	Elaboração: <b>Araceli Hapukia Nheifici Peixoto</b> - 1º Ten QOAPM Chefe do Núcleo de Projetos - 7º BPM	Revisão: <b>RUDINEI JOÃO BESSEGATTO POGERE</b> - <b>TC CEL QOPM</b> Comandante do 7º BPM
Aprovação:  <b>Jackson Robledo da Silva</b> Gerente Fundo Estadual de Segurança Pública/SESDEC		
Autorização:  <b>Felipe Bernardo Vital</b> - Cel BM Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC/RO Ordenador de Despesas do FUNESP		

Ariquemes/RO, na data da assinatura eletrônica.

[1] DE CARVALHO, Thirzzia Guimarães. **Alteração da Constituição do Consórcio Vencedor Após a Adjudicação do Objeto**, 2013. Disponível em: [https://ambitojuridico.com.br/alteracao-da-constituicao-do-consorcio-vencedor-apos-a-adjudicacao-do-objeto/?utm\\_source=chatgpt.com](https://ambitojuridico.com.br/alteracao-da-constituicao-do-consorcio-vencedor-apos-a-adjudicacao-do-objeto/?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 24 de fev de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Renan Felini, Chefe de Unidade**, em 26/06/2025, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JACKSON ROBLEDO DA SILVA, Chefe de Unidade**, em 26/06/2025, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rudinei Joao Bessegatto Pogere, Comandante**, em 26/06/2025, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Araceli Hapukia Nheifici Peixoto, 1º Tenente**, em 26/06/2025, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Julio Benigno de Sousa Neto, Técnico**, em 26/06/2025, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 26/06/2025, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061607070** e o código CRC **3D563770**.

Referência: Caso responda este Projeto Básico, indicar expressamente o Processo nº 0037.002359/2024-80

SEI nº 0061607070